

Outros Tempos, vol. 14, n. 23, 2017 p. 80 - 104. ISSN:1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v14i23.566>

A ELEVAÇÃO DO HOMEM RURAL: institutos de educação rural e a cooperação da Misereor¹

THE ELEVATION OF RURAL MAN: institutes of rural education and the cooperation of Misereor

LA ELEVACIÓN DEL HOMBRE RURAL: institutos de educación rural y la cooperación de Misereor

DOUGLAS ORESTES FRANZEN
Doutorando em História/UPF
Itapiranga/SC/Brasil
douglas_franzen@yahoo.com.br

Resumo: O artigo analisa a gênese de implantação dos Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul através da cooperação da Misereor na década de 1970. A proposta é de correlacionar realidades locais diante de uma conjuntura mais abrangente que condicionou a postura social da Igreja Católica bem como influenciou nas demandas do espaço rural do estado. Defende-se a ideia de que os Institutos de Educação Rural representaram uma proposta de modernização da agricultura sob a tutela do catolicismo.

Palavras-chave: Misereor. Catolicismo. FAG. Instituto de Educação Rural.

Abstract: The article analyzes the genesis of implantation of the Institutes of Rural Education in *Rio Grande do Sul* through the cooperation of Misereor in the 1970s. The proposal is to correlate local realities in the face of a more extensive context that conditioned the social position of the Catholic Church as well as influenced the demands of the rural area of the state. It's defended the idea that the Institutes of Rural Education represented a proposal of modernization of the agriculture under the tutelage of the Catholicism.

Keywords: Misereor. Catholicism. FAG. Institut of Rural Education.

Resumen: El artículo analiza la génesis de la aplicación de los Institutos de Educación Rural en Rio Grande do Sul a través de la cooperación de Misereor en la década de 1970. La propuesta consiste en correlacionar las realidades locales que enfrentan un contexto más amplio que condicionó la posición social de la Iglesia Católica e influyó en las demandas de espacio de estado rural. Se defiende la idea de que los Institutos de Educación Rural representaban una propuesta de modernización de la agricultura bajo la tutela del catolicismo.

Palabras clave: Misereor. Catolicismo. FAG. Instituto de Educación Rural.

¹ Artigo submetido à avaliação em dezembro de 2016 e aprovado para publicação em maio de 2017.

Considerações Iniciais

A questão agrária tornou-se um tema mais emergente após a Segunda Guerra Mundial pela questão da modernização da agricultura, pela otimização das forças produtivas, pela urgência da produção de alimentos diante da urbanização crescente. Para tanto, o espaço rural passou a ser motivo de preocupação de políticas públicas, de investimentos do setor privado, bem como de esferas sociais preocupadas com as demandas latentes a partir de então. Uma delas foi a Igreja Católica, que olhou com mais atenção para os trabalhadores rurais diante de sua postura de inserção social.

O objetivo do texto é de compreender sob quais aspectos surgem os Institutos de Educação Rural no estado Rio Grande do Sul, de iniciativa do catolicismo gaúcho, e de que forma se engendra o financiamento dessas iniciativas através da instituição episcopal alemã Misereor².

Defende-se a ideia de que os Institutos de Educação Rural representaram uma proposta de modernização sob tutela da Igreja Católica, numa proposta genuína de relações produtivas que esteve alinhada aos ideais do catolicismo no contexto do Concílio Vaticano II. Para tanto, era necessário educar o homem do campo diante das condições divergentes do processo modernizador da agricultura, onde se teciam não somente novas relações produtivas, condições de dignidade humana e geração de renda, mas também emergiam temas que preocupavam o catolicismo gaúcho, como a sindicalização e a politização do trabalhador rural.

Para o desenvolvimento da análise são utilizadas fontes de pesquisa locais, como documentos e publicações episcopais, bem como dossiês de projetos financiados pela Misereor na década de 1970, consultados no arquivo da instituição na cidade de Aachen na Alemanha. A pesquisa no arquivo da Misereor ocorreu no ano de 2016, sendo que os projetos analisados no texto foram fornecidos pela instituição em respeito à política de sigilo do arquivo. Não foi possível ao autor influenciar na busca de outros projetos no arquivo. Para tanto, são analisados três projetos financiados pela Misereor na década de 1970, sendo seu acesso disponibilizado através de pesquisa genérica no arquivo pelo termo educação rural, podendo, em contrapartida, existirem outros projetos financiados no período.

² Instituição episcopal fundada na Alemanha em 1959, com sede na de Aachen.

A análise parte de uma perspectiva de História Regional, no sentido de compreender uma iniciativa espacial delimitada diante de uma conjuntura mais abrangente. Mesmo que os Institutos de Educação Rural tenham sido difundidos no Rio Grande do Sul, em síntese, a sujeitos locais, a conjectura de inserção social do catolicismo e a decorrente preocupação com o espaço rural estiveram atreladas a uma perspectiva mais abrangente, onde, segundo Reckziegel³, a região constituiria uma estrutura que a difere de seu entorno, mas que suas características internas seriam determinadas e determinantes a partir de uma relação com um todo. Dessa forma, busca-se entender a influência que a Misereor teve em projetos de formação dos sujeitos rurais no estado. Para isso, é importante compreender a cooperação da Misereor numa perspectiva de escalas, ou seja, a política de ação da instituição alemã se direcionava para os países do hemisfério sul, considerados subdesenvolvidos, e o nosso recorte territorial é uma escala menor dessa perspectiva compreendendo um estado da Região Sul do Brasil com suas próprias especificidades diante de realidades mais abrangentes.

A causa social e o espaço rural

A causa social representa uma postura histórica da Igreja Católica visando legitimar seus princípios diante dos desafios de seu tempo. Cristalizada através de documentos oficiais como publicações pastorais, discursos, documentos papais ou de entidades representativas do catolicismo, bem como tornada real através de práticas sociais educativas, instrutivas e pastorais, a causa social representou uma postura da Igreja diante de uma compreensão peculiar das necessidades da população – principalmente a mais pobre e vulnerável às realidades econômicas divergentes.

Os documentos oficiais da instituição católica tornaram-se mais claros sobre a causa social principalmente a partir da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) atualizando-se através da *Quadragesimo Anno* (1931) e da *Mater et Magistra* (1961). O Concílio Vaticano II buscou instrumentalizar de forma mais clara de que forma a causa social deveria ser tutelada pela Igreja e quais as responsabilidades das variadas instituições sociais e políticas acerca de temas como a cooperação e o desenvolvimento dos povos considerados mais pobres. A Encíclica *Populorum Progressio* (1967) sobre o desenvolvimento dos povos refletiu a preocupação de esferas do catolicismo para com a causa social e a compreensão de um

³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teóricas e conceituais. *Revista História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v 1, n. 1. p. 15-22, 1999.

desenvolvimento ordenado e pacífico e do mundo, postura legitimada após os conflitos mundiais da primeira metade do século XX e da nova ordem mundial do pós-guerra.

Diante desse cenário da década de 1960, a instituição alemã Misereor se fortaleceu como entidade disposta a cooperar com projetos de desenvolvimento para com populações consideradas carentes e desestruturadas, principalmente dos países do hemisfério Sul. Ela logo se tornou um instrumental para pôr em prática a teologia do desenvolvimento idealizada pela Igreja. Nesse contexto os espaços rurais receberam atenção especial.

Era uma das preocupações da Igreja Católica, por exemplo, que se evitasse a migração das populações rurais para os espaços urbanos. A própria Misereor entendia que nos países subdesenvolvidos as condições de vida da população rural encontravam-se vulneráveis, daí a importância de investir em projetos de cooperação nesse setor. As lideranças religiosas entendiam que manter as pessoas no campo, promovendo melhorias em sua qualidade de vida e colaborando na geração de renda, evitaria o inchaço dos espaços urbanos, considerados subversivos e excludentes. Nesse sentido, a preocupação singular do catolicismo acerca da dignidade humana, da integrada de um conceito de família, da marginalização, das condições de trabalho fragilizadas, das realidades de violência do espaço urbano somavam-se à preocupação com a proliferação das ideologias de esquerda mais latentes nas cidades.⁴

Esse olhar dos católicos para o espaço rural tornou-se mais evidente e incisivo já a partir da década de 1950. Conforme Rodeghero, no Rio Grande do Sul, a preocupação estava voltada para as condições de vida no campo e na insistência dos religiosos para que os agricultores assimilassem novos padrões produtivos e de vivência diante do processo “modernizador” a que a agricultura esteve atrelada. “Assim, ao mesmo tempo em que se atribuía ao campo o status de viveiro de homens sadios de alma e corpo – que devia ser preservado – insistia-se na necessidade de mudar os sistemas tradicionais e rotineiros de trabalho.”⁵ Nesse sentido, integrar os trabalhadores ao processo modernizador, mantendo as bases cristãs de dignidade e solidariedade, passou a ser o ideal de desenvolvimento do catolicismo.

Mesmo que o estudo de Souza contemple o período de 1945 a 1965, sua análise nos remete à compreensão de um cenário mais amplo e conjectural que delineou a postura de

⁴ Essa preocupação pode ser encontrada em diversos documentos oficiais da Igreja, que vão desde os documentos papais, como a Encíclica *Populorum Progressio* (1967), a manifestações mais locais, como a Revista Unitas da Arquidiocese de Porto Alegre, por exemplo.

⁵ RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 148-176, 1997. p. 147.

inserção da Igreja no espaço agrícola e da necessidade de amparo aos sujeitos que nele viviam ou trabalhavam:

Para o regime capitalista internacional, isso representou a manutenção da ordem econômica, que exigia, nesse momento o sacrifício, a cooperação e a solidariedade entre os povos para tornar possível a expansão do mercado mundial de troca do produto agrícola. Por isso, a Igreja entendia que o crescimento econômico das nações dependeria, antes de tudo, da organização do trabalho rural. O homem do campo representava o tipo ideal do cristão autêntico que não visava desenfreadamente ao lucro, mas que necessitava urgentemente ser orientado nas novas técnicas de produção e na racionalização do trabalho capitalista a fim de dar a humanidade condições de se desenvolver e de garantir o bem estar social.⁶

No meio rural, na visão de muitas lideranças religiosas, a condição humana encontrava espaços mais favoráveis para seu desenvolvimento. Vemos a preocupação da Igreja direcionada principalmente ao pequeno e médio produtor, que se adequa basicamente ao que se denomina de agricultura familiar. O grande fazendeiro, o latifundiário, não era necessariamente motivo de atenção da ação social da Igreja. Entende-se que essa preocupação com os pequenos e médios agricultores advinha de uma compreensão de falta de formação escolar dessa população, da sindicalização mais consistente e da vulnerabilidade socioeconômica.

O sujeito humano que era motivo de preocupação e resguardo era aquele sujeitado à exploração e às condições deploráveis e degradantes suscetíveis ao meio rural. O potencial humano inerente ao sujeito agrícola era o que direcionava os olhares da instituição, como podemos perceber na fala do então Arcebispo Dom Vicente Scherer:

[...] o agricultor ama sua gleba e seu trabalho, não inveja a sorte aparentemente risonha dos outros, cultiva no lar as virtudes cristãs, orienta suas atividades para Deus, mantém escolas e igrejas, de sua família provêm não só numerosas vocações sacerdotais e religiosas, mas de lá saem igualmente homens de dignidade e caráter que prestam assinalados serviços à coletividade, honrando a estirpe de que descendem.⁷

Enfim, com a proposta da inserção da Igreja nos espaços rurais entendia-se que os princípios cristãos de dignidade humana, de solidariedade e desenvolvimento integral e pleno das pessoas fossem garantidos. Diante dos problemas sociais graves e urgentes, a postura da Igreja em promover a cooperação com a Misereor buscava garantir direitos fundamentais da

⁶ Ibid., p. 149.

⁷ SCHERER, Dom Vicente apud SOUZA, Rogério Luiz de. *A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)*. 257 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001, p. 154.

condição humana e o espaço rural era o local propício para isso, pois remete a uma estrutura familiar mais condensada, à produção de alimentos de qualidade, à proteção e resguardo do meio ambiente equilibrado. Os bispos, os padres, os religiosos em geral e os leigos vinculados a movimentos de direitos humanos estavam em contato direto com esses problemas sociais. Os conflitos pela posse da terra e também pelo manejo e relações produtivas consideradas adequadas pela Igreja, bem como condições de dignidade humana no campo, são princípios que nortearão a execução de projetos cooperativos em parceria com a Misereor nos anos 1960 e 1970.

No entanto, há outros aspectos a considerar acerca da preocupação da Igreja com os sujeitos que viviam nesse espaço rural. Um destes aspectos reside na proliferação de movimentos sociais em decorrência das condições degradantes ali vivenciadas. O surgimento do Master – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1960 – foi visto com certa desconfiança pela Igreja por ser um movimento de acalorada tendência comunista e, para tanto, a Igreja reage criando cooperativas e sindicatos de caráter cristão para ter voz ativa junto aos agricultores. Um desses exemplos pode ser considerado a FAG – Frente Agrária Gaúcha no Rio Grande do Sul –, movimento criado na perspectiva de manter a tutela da Igreja sobre os agricultores.

Conforme Bassani,

A FAG foi criada não apenas para disputar a organização sindical, mas, fundamentalmente, para combater o comunismo. No discurso de criação da FAG fica claro que o objetivo premente era o combate ao comunismo, representado pelo movimento dos Agricultores Sem Terra que se manifestava no interior do estado, principalmente em regiões de pouca influência da Igreja Católica, e que poderiam se tornar uma ameaça nas regiões onde a Igreja exercia maior controle, como a zona colonial.⁸

Nesse sentido, a Igreja do Rio Grande do Sul coordenou, em algumas regiões com maior intensidade, outras com menor, a instalação de escolas e centros de formação agrícola visando dar a devida assistência aos agricultores diante do momento conturbado e modernizante que a agricultura passou ao longo das décadas de 1960 e 1970. Exemplo disso são os Institutos de Educação Rural, criados entre 1968 e 1976. A formação dos agricultores e a tutela da Igreja sobre o espaço rural foi um tema recorrente nos meios religiosos gaúchos no período, sendo que isso representou uma postura da Igreja diante dos mais variados problemas

⁸ BASSANI, Paulo. *Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: Eduel, 2009. p. 50.

que afligiam os sujeitos que viviam no campo, mas também representou uma iniciativa para marcar território nos conturbados processos de movimentos sociais camponeses que se proliferaram no Sul do Brasil. A inserção da Igreja nos espaços rurais através da causa social pode ser concebida sob um duplo viés, até complementar: a da postura legítima da Igreja de defensora dos pobres e também da tutela ideológica dessas populações.

A questão da reforma agrária, por exemplo, também virou motivo de preocupação da Igreja e exigiu das lideranças religiosas, como bispos e padres, uma postura diante desse movimento conturbado e que ganhava corpo nos espaços rural sulino. Nesse sentido, destacamos Ofício elaborado em Julho de 1968, por membros do episcopado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, direcionado ao então presidente da República Marechal Artur da Costa e Silva:

Os arcebispos e bispos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no encontro realizado no Seminário Nossa Senhora da Conceição de Viamão, nos dias 26 e 27 de junho findo, para examinar nas situação socioeconômica a luz dos princípios da Encíclica *Populorum Progressio* pedem vênias a Vossa Excelência para fazer um veemente apelo em prol da execução imediata do Estatuto da Terra em sua parte fundamental que diz respeito à reforma agrária, disciplinada pelos artigos dezesseis a trinta.

Trata-se de promover a reforma agrária mediante a distribuição maciça de terras, visando a disseminação de propriedades familiares e a formação de vigorosa classe média rural, indispensável a **estabilidade social e econômica** de nosso País.

Entendemos que assim se cumprirá o solene compromisso assumido pelo Governo Revolucionário perante a Nação Brasileira durante a presidência Castelo Branco, conforme a mensagem que o preclaro presidente desaparecido encaminhou ao Congresso Nacional com o projeto do referido Estatuto cujo item oitavo declara a prioridade absoluta da solução da questão agrária nos termos acima aludidos, como também manifesta literalmente o propósito de forçar as atuais estruturas agrárias a uma rápida e efetiva modificação.

O cumprimento dessa decisão soberana do povo brasileiro levará a crédito de Vossa Excelência o tornar realidade neste os princípios da doutrina social cristã, invocados no item trinta e um da mesma mensagem.⁹

Nesse sentido, diversos projetos de cooperação foram desenvolvidos em parceria com a Misereor visando a assistência e a ajuda aos sujeitos envolvidos com os processos de reforma agrária no Sul do País. Como vimos na declaração episcopal acima, a preocupação com uma estabilidade social e econômica era recorrente, principalmente entre o que se denominou de vigorosa classe média rural. Essa preocupação sustentava-se no aspecto da doutrina social cristã, que, aliás, era um aspecto também considerado pelos bispos alemães, o

⁹ EPISCOPADO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, 1 de Julho de 1968. (grifo nosso). Arquivo da Arquidiocese de Passo Fundo, acesso em agosto 2014

Outros Tempos, vol. 14, n. 23, 2017 p. 80 - 104. ISSN:1808-8031

que por si só já é um fator importante para entender os projetos colocados em prática com recursos financeiros da Misereor.

A partir da década de 1960, as propostas de inserção social da Igreja começaram a se tornar mais incisivas, postura que obviamente está atrelada a uma conjuntura mais ampla da instituição decorrente de eventos como o Concílio Vaticano II, a publicação de encíclicas papais e também os movimentos da CELAM e da CNBB. Fato é que, com a instauração do regime militar no Brasil, muitos religiosos assumem a postura crítica e até de oposição em relação ao regime a partir de meados dos anos 1970. Muitas esferas da Igreja se viram com uma responsabilidade ainda maior em amparar as populações menos favorecidas com o almejado desenvolvimento econômico. Conforme Lustosa¹⁰, ao longo dos anos 70, os bispos e a Igreja no Brasil ultrapassaram a noção de ação social, para engajar-se no movimento de pastoral social, uma prática e filosofia que nortearam as denúncias de injustiças, mas também a prática social mais efetiva e intensa da Igreja.

No entendimento de Sérgio Bernal, no final da década de 1950 havia meio que uma compreensão entre uma considerável parcela do clero brasileiro de que a ordem das coisas dominantes não era cristã e para instaurar uma ordem cristã eram necessárias reformas profundas e sérias. Mas qual era a pretensão dos bispos com tais reformas sociais? Bernal afirma que essa concepção partia da ideia da “recuperação do homem oprimido, sua inserção numa sociedade que tenha uma perspectiva evangélica, que defenda seus direitos inalienáveis e o ponha a serviço da comunidade e, ao mesmo tempo, torne-o responsável pela construção da própria história.”¹¹

No período de 1952 a 1968 houve uma relativa cooperação entre a Igreja e o Estado brasileiro, principalmente pelo fato de que a Igreja não possuía recursos para executar seus projetos de ação social. Mas o endurecimento do Regime Militar levou a uma ruptura da Igreja com o Estado e faz com que a instituição católica busque assumir um papel de protagonismo, como uma das poucas instituições que pretende estar a favor da população menos favorecida. Era necessário buscar outros meios para apoiar os projetos sociais da Igreja e é nas organizações não governamentais como a Misereor que se encontrou um caminho frutífero. A cooperação nesse novo papel da Igreja enrijece-se com o passar do tempo não

¹⁰ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889-1989*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

¹¹ BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*. São Paulo: Edições Loyola, 1989. p. 43.

Outros Tempos, vol. 14, n. 23, 2017 p. 80 - 104. ISSN:1808-8031

mais somente com apoio financeiro, mas com agentes vindos diretamente da Alemanha para auxiliar nos trabalhos de base.

Obviamente que este processo ocorre no Brasil com intensidade diferente, em condições diferentes e com distintos desdobramentos. Não podemos conceber o mesmo processo de inserção social, fomentado pela CNBB, em regiões distintas. No Nordeste brasileiro foi uma realidade, enquanto no Sul ela se constitui sob outras perspectivas. A inserção social da Igreja no espaço rural respeitou diversos nuances e lógicas que condicionaram esse processo. Mas a lógica geral esteve alicerçada no pensamento da melhoria das condições de vida dos sujeitos que ali viviam, seja nos espaços de conflitos pela posse da terra nos movimentos de sem-terra ou de questões indígenas, seja na assistência educacional e melhoria das relações de produção das regiões de colonização. O espaço rural é concebido como um ambiente a ser tutelado, seja pelo potencial de formação de movimentos de ação social, como sindicatos, por exemplo, seja como um ambiente propício para o fomento das relações sociais cristãs tão almejadas pela Igreja.

Gênese e legitimação da Misereor

O surgimento da instituição Misereor¹² em 1959 na Alemanha Ocidental deve ser entendido num esforço de entidades governamentais e não governamentais e da sociedade civil europeia na tentativa de construir um processo de paz e fortalecimento das ações conjuntas visando à promoção da justiça social depois da Segunda Guerra Mundial. Fortalecidos principalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (1948), os movimentos de cooperação humanitária proliferaram-se por diversos países da Europa, muitos vinculados a instituições religiosas cristãs. Obviamente que o contexto da ação social católica e do Concílio Vaticano II também são fatores a considerar, mas, para efeitos de correlação com o tema, compreenderemos a particularidade da consolidação e da expansão da Misereor na década de 1960.

¹² Vendo que esse movimento de mobilização para as ações de cooperação encontrou solo profícuo para seu desenvolvimento na Alemanha, a Confederação dos Bispos da Alemanha, sob liderança do Cardeal Josef Frings, criou a ação humanitária visando o combate à fome e à hanseníase no mundo. Essa campanha foi denominada de “*misereor super turban*”. Esse lema representa um fragmento bíblico do Novo Testamento retirado de Marcos (8,2) que significa “tenho compaixão da multidão que me segue” e será o tema central da instituição criada com o nome de Misereor.

No ano de 1959 é fundada oficialmente a instituição Misereor, com sede na cidade de Aachen, na Alemanha. A Misereor surge e expande sua política de cooperação com a proposta de fomentar projetos de desenvolvimento em regiões de carência no mundo, principalmente nos países concebidos como subdesenvolvidos da América do Sul, África e Ásia. Mesmo sendo a entidade de caráter humanitário e de caridade, a instituição Misereor nasceu num contexto conturbado de geopolítica da Guerra Fria e, por isso, além do da perspectiva de ajuda humanitária, a Misereor não pode ser desvincilhada de uma política de contenção das zonas de influência da União Soviética, alinhando-se à política externa alemã em consonância com o bloco ocidental.

Toscer¹³ aponta que a Misereor surgiu sob os princípios de ajuda humanitária da Igreja Católica alemã para combater a fome e a miséria nas regiões consideradas subdesenvolvidas do mundo. No entanto, conforme a autora, parece paradoxal que esse movimento tenha surgido na década de 1950, momento em que a Igreja alemã preocupava-se seriamente com questões internas do catolicismo, com a miséria social e religiosa dos fiéis, com a reconstrução de uma ordem social cristã e a situação dos católicos em zonas de ocupação soviética.

A maioria dos recursos financeiros que mantinha as políticas de cooperação da Misereor provinha da arrecadação feita junto a católicos da Alemanha. Fato que merece destaque é de que as campanhas de doações cresceram de forma vertiginosa com o passar dos anos. Esse processo representou uma evolução da mentalidade das pessoas quanto às condições de vulnerabilidade das populações mais carentes no mundo. Conforme Elias¹⁴, esse processo passou a ser mais incisivo e mais consistente na segunda metade do século XX.

Entendemos que o sentimento de ajuda que norteou a ação da Misereor ao longo do século XX foi movido por esse sentimento de humanização e caridade, sendo que um dos grandes incentivadores desse contexto foi a Igreja Católica através do complexo movimento do Concílio Vaticano II. Se a Misereor nasceu num contexto de Guerra Fria, onde havia a disputa geopolítica por regiões de influência no mundo, principalmente nas regiões consideradas subdesenvolvidas, fica evidente que o discurso se alinharia a esse cenário.

A partir da fundação da Misereor em 1959, a instituição passou a organizar campanhas anuais de mobilização por doações, bem como receber e gerenciar os recursos

¹³ TOSKER, Sylvie. *Les catholiques allemands à la conquête du développement*. Paris: L'Harmattan, 1997.

¹⁴ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

financeiros para ações de mobilização humanitária no mundo subdesenvolvido. Nesse sentido, a Misereor passou a organizar anualmente o que ela denominou de *Fastenaktion*, ou seja, campanhas de coleta de recursos com um tema norteador.

Quando foi fundada em 1959, a Misereor surgiu basicamente sob os alicerces da Igreja Católica Alemã idealizada pela Confederação dos Bispos daquele país e era sustentada com recursos provindos basicamente de coletas e doações de pessoas da sociedade civil. No entanto, no ano 1961 com a criação do *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*, ou Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento do Alemanha Ocidental, a entidade passou a receber recursos financeiros do Estado como entidade promotora de cooperação e desenvolvimento. Essa lógica, segundo Erb¹⁵, tornou-se um instrumento de política externa da Alemanha Ocidental.

Nos anos 1960, o governo alemão foi pressionado pelo bloco ocidental a promover políticas de desenvolvimento e cooperação aos países em desenvolvimento, numa clara alusão à contensão das zonas de influência soviética, num contexto geopolítico da Guerra Fria. Nesse cenário, entidades como a Misereor recebiam recursos do Governo da Alemanha Ocidental. É nesse contexto da década de 1960 que se estrutura a expansão da Misereor alicerçada em recursos adquiridos de campanhas de doação, de recursos financeiros provindos de dedução de impostos de pessoas física e da Igreja Católica e de recursos financeiros provindos do referido Ministério do Governo alemão.

Kiefer e Risse elencam as linhas de ação definidas pela Misereor para selecionar os projetos de cooperação transnacional que seriam contemplados com auxílio financeiro da entidade. Essas linhas de ação representam as prioridades da concepção de cooperação para o desenvolvimento socioeconômico, consideradas prioritárias para a Misereor:

- Ajudar, no aumento e melhoramento da produção de alimentos: envio de profissionais; compra de gado, sementes, fertilizantes e equipamentos; medidas de irrigação, construção de poços; drenagem da terra; medidas de estímulos a agricultura; promoção da pesca; construção e ampliação de escolas agrícolas e instrução comercial; cursos agrícolas e serviços de consultoria; promoção de cooperativas autossustentáveis.
- Ajudar a expandir a base econômica e melhorar as condições de vida: construção e ampliação de escolas de artesãos, cursos de artesanato e serviços de consultoria; Construção e ampliação de escolas donas de casa e cursos de economia doméstica e consultoria doméstica; estímulo a produção, transformação e criação de cooperativas de consumo.

¹⁵ ERB, Scott. *German foreign policy: navigating a new era*. Lynne Rienner: Boulder, 2003.

- Ajudar a melhorar a assistência a saúde: construir e ampliar hospitais, ambulatórios, maternidades, escolas de enfermagem; assessoria a saúde e higiene pessoal; envio de enfermeiros e médicos.
- Ajuda para a formação de líderes locais: para melhorar as condições de vida locais na agricultura e no trabalho, serviços de saúde, na indústria e na técnica; estruturar condições sociais saudáveis e um quadro de desenvolvimento global equilibrado: desenvolvimento das comunidades, cooperativas e opinião pública.¹⁶

O cenário da Guerra Fria e a postura da Igreja

É necessário entender o contexto da Guerra Fria para conjecturar a atuação da Instituição Misereor em projetos de desenvolvimento e cooperação na América Latina, África e Ásia. Assim, é pertinente perceber qual era o princípio legitimador de tal contexto, principalmente em relação ao papel da Igreja Católica Alemã e da Alemanha Ocidental. Não se afirma que a geopolítica da Guerra Fria foi o único fator determinante na atuação da instituição Misereor, mas é possível dizer que foi um dos fatores que motivou a ação episcopal, visando a promoção da cooperação da Alemanha para com regiões consideradas carentes e/ou subdesenvolvidas.

O aspecto que interessa contextualizar em relação à Guerra Fria, na geopolítica das zonas de influência ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial sob comando, principalmente, dos Estados Unidos e da União Soviética, é o imaginário disseminado e representado de diversas formas nos Estados Nação, nas instituições e na população. No nosso caso, o imaginário quanto à intenção da União Soviética em desestabilizar o padrão de vida ocidental, inclusive o regime administrativo democrático, o capitalismo e as instituições religiosas, principalmente a Católica Apostólica Romana. O período da Guerra Fria pode ser resumido no embate entre os padrões organizacionais do capitalismo e do comunismo. Nesse cenário, o papel da Alemanha Ocidental é muito esclarecedor.

É amplo o referencial teórico quanto ao período da Guerra Fria, mas o que se quer destacar é o imaginário disseminado no período de uma ameaça comunista e das consequências que isso traria para a população ocidental, afetando instituições religiosas, regimes de governo, padrões de vida, valores e ideologias. No ponto de vista de Biagi¹⁷, esse imaginário de medo era disseminado principalmente nas instituições secundárias, aquelas que

¹⁶ KIEFER, W.; RISSE, H.T. *Misereor: ein Abenteuer der christlichen Liebe*. Mainz: Mathias-Grünwald-Verlag, 1962. p. 27.

¹⁷ BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da Guerra Fria. In: *Revista de História Regional* 6(1): p. 61-111, Verão 2001.

atingiam diretamente a vida das pessoas, que significam aspectos centrais da sociedade. É preciso destacar o imaginário de uma possível expansão dos ideais comunistas no mundo subdesenvolvido.

Na prática, isso representou a mobilização da sociedade civil e das entidades governamentais em fazer frente a um cenário conturbado e instável, resultante da geopolítica da Guerra Fria. Rodeghero¹⁸ analisa a atuação da Igreja Católica em práticas anticomunistas no Brasil e nos Estados Unidos. No Brasil, destaca que o período em que foi mais intensa essa prática teria sido entre os anos de 1935 a 1937 e de 1961 a 1964, manifestando-se, principalmente, através de pronunciamentos de autoridades católicas em meios de comunicação, na difusão e pregação em centros de formação católicos como seminários, a Liga Eleitoral Católica, os Círculos Operários e a Frente Agrária Gaúcha. Já nos Estados Unidos, faz uma análise partindo do pressuposto de que os católicos representavam minoria naquele país, portanto, ao assumir práticas anticomunistas, a Igreja Católica norte-americana assumia uma postura de apoio ao Estado, na perspectiva de conquistar espaço num país que empunhava a bandeira do liberalismo, da democracia, da propriedade privada e que assumia a frente na bipolaridade da Guerra Fria.

Enquanto nos Estados Unidos o catolicismo buscava espaço frente a um país de capitalismo plenamente consolidado, onde as práticas e os discursos anticomunistas típicos da Guerra Fria representavam uma tentativa de aproximação aos princípios do país e da população, no Brasil, essa prática assumia outras proporções. Num país com sérios problemas de desigualdades e vulnerabilidades sociais e com um Estado brasileiro mais fragilizado e propenso ao apoio de regimes de esquerda ou de índole comunista, a Igreja Católica assumiu a postura de fazer frente a essas questões atuando diretamente no cerne da população, através de entidades de base como sindicatos, ligas representativas e centros de formação. Reside basicamente neste aspecto a relação que se busca construir do contexto da Guerra Fria, que é o de entender as políticas de financiamento da Misereor em parceria com a Igreja Católica brasileira, visando ocupar esses espaços de influência na sociedade.

É importante destacar que o posicionamento da Igreja Católica em relação às ideologias do século XX não era unicamente contra o comunismo. A crítica ao liberalismo como modelo excludente e perverso também era veemente, como podemos ver nos estudos de

¹⁸ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

Outros Tempos, vol. 14, n. 23, 2017 p. 80 - 104. ISSN:1808-8031

Zanoto¹⁹, que afirma que a postura da Igreja Católica no século XX foi de combate às tendências do positivismo, do liberalismo como expressão do capitalismo perverso, do materialismo, do comunismo, do ateísmo e outros “ismos”. No estudo de Werle²⁰ percebe-se que a Igreja Católica buscava, através dos denominados Congressos Católicos²¹, chegar de forma direta aos católicos visando discutir questões sociais, na tentativa de manter um canal de influência no intuito de não permitir que os fiéis católicos de origem alemã ficassem à mercê de ideologias consideradas malélicas pela doutrina católica, como o liberalismo e o comunismo.

Esses posicionamentos anticomunistas da Igreja Católica podem ser encontrados na Encíclica Papal de 1931, por exemplo. Em relação ao comunismo, manifesta-se como “partido da violência” buscando a

[...] guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na prossecução destes objetivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra. Aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas de que alastrou vastíssimas regiões da Europa oriental e da Ásia; e então o ódio declarado contra a santa Igreja e contra o mesmo Deus demasiado o provam essas monstruosidades sacrílegas bem conhecidas de todo o mundo.²²

As críticas sobre a ordem social do período da Encíclica do Papa Pio XI também são relativas ao liberalismo econômico como regulador da economia, que, segundo ela, traria consequências que iriam contra os princípios da Igreja e de Deus, da justiça e dos valores humanitários, fazendo referência já na década de 1930 à justiça e a caridades sociais. A Igreja Católica imaginava um novo modelo, sustentado no conceito de justiça social originária do evangelho bíblico. A Igreja Católica, em suma, idealizava assumir uma postura de dianteira na construção de um novo padrão de justiça social.

¹⁹ ZANOTO, Gizele. *Tradição, família e propriedade (TFP): as idiosincrasias de um movimento católico (1960-1995)*. 2007. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

²⁰ WERLE, André Carlos. *A revista de tropas do exército católico alemão: Congressos Católicos na Alemanha e no Sul do Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

²¹ Os Congressos Católicos eram eventos de formação e socialização organizados pela Igreja Católica, iniciados em 1848 na Alemanha. No início do século XX, passaram a ser organizados em diversas regiões onde havia ocorrência de imigração alemã, inclusive no Sul do Brasil. Os temas dos Congressos giravam em torno da causa social, costumes, tradição, trabalho, política, ideologia.

²² QUADRAGESIMO ANNO. Pio XI: sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica Leão XIII *Rerum Novarum*. Vaticano, 15 de Maio de 1931. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html . Acesso em: 23 set. 2014.

Na Alemanha da década de 1950, os bispos demonstravam preocupação quanto à condição espiritual e religiosa da população. No estudo de Toscer²³ pode-se perceber uma diminuição gradual da prática religiosa, como frequentar regularmente as celebrações e contribuir financeiramente com donativos para ações pastorais da Igreja. A Confederação dos Bispos da Alemanha assinalava uma preocupação quanto à miséria espiritual e religiosa da população. Explicava essa ocorrência pelo crescente espírito de materialismo, a prosperidade econômica do país e o fortalecimento de ideologias concorrentes ao catolicismo. Os esforços passaram a ser direcionados ao fortalecimento dos princípios cristãos na população.

O surgimento das campanhas de caridade e o nascimento da instituição Misereor estão diretamente ligados a essa conjectura. A iniciativa dos bispos alemães em fomentar campanhas de doações e ações de caridade sob os princípios do cristianismo foram uma tentativa de envolver a população nas práticas religiosas e humanitárias. Nesse sentido, os bispos alemães sob a liderança do Cardeal Josef Frings buscaram unir-se ao estado alemão, que, administrado pelo democrata cristão Konrad Adenauer, representava um baluarte para a eficácia da cooperação transnacional sob os princípios do catolicismo e do cristianismo.

A proximidade entre o Cardeal Josef Frings e Konrad Adenauer foi histórica e iniciou na cidade de *Köln*, onde o Cardeal Frings celebrou o batismo de grande parte dos filhos da família Adenauer. Durante a Segunda Guerra, quando Adenauer foi afastado como prefeito de *Köln* pelos nazistas, sua família sobrevivia à base de doações feitas pela Igreja Católica. Com o fim do conflito, Konrad Adenauer se consolidou como liderança política ao colaborar na criação do Partido União Democrata-Cristão (CDU), o que o levou ao posto de Chanceler da Alemanha, cargo que exerceu até o ano de 1963. Nessa trajetória e na política do Estado Alemão de então, a proximidade com o Cardeal Josef Frings ficou evidente e se refletiu na criação e expansão da Misereor. As duas lideranças popularizaram-se simultaneamente e tornaram-se personalidades influentes da Alemanha Ocidental nas décadas de 1950 e 1960. Frings, como liderança religiosa num país majoritariamente cristão, e Adenauer, como liderança política de uma Alemanha em ascensão econômica, estavam atrelados ao partido cristão e tornaram-se um elemento importante a ser compreendido na expansão da Misereor.

A ideia dos bispos alemães era unir forças com o Estado para construir uma política de união e integração internacional, visando fazer frente à vulnerabilidade dos povos

²³ TOSKER, op cit.

e Estados mais suscetíveis a governos opressores e deficitariamente soberanos. O objetivo era construir uma paz e prosperidade condicionada e tutelada, que se alinha a nova ordem mundial. A questão de uma igreja universal e global preocupava os bispos alemães, principalmente pelos processos de descolonização decorridos após a Primeira e Segunda Guerra Mundial. A Igreja Católica teve que ter uma postura frente a esse processo. Instabilidade política, guerra, avanço do comunismo eram temas recorrentes de atenção na geopolítica da Alemanha Ocidental. Já Konrad Adenauer entendia que era necessário construir um novo conceito da Alemanha após os conflitos mundiais, uma imagem mais cooperativa e de responsabilidade com o desenvolvimento das nações.

A própria atuação dos bispos alemães no Concílio Vaticano II leva à compreensão de que havia uma intencionalidade de se constituir uma ação cosmopolita de uma abertura mais incisiva da Igreja às necessidades dos novos tempos baseado numa preocupação com a causa social e os desafios que a modernidade exigia. Nas discussões sobre a atividade missionária da Igreja ao longo do Concílio, tendo como teólogo o Padre Josef Ratzinger, os padres alemães exerceram grande influência tendo participação direta dos cardeais Franz König da Áustria e de Julius Döpfner da Alemanha. A coordenação da Comissão das Missões foi entregue ao Cardeal Josef Frings, tendo como argumento as instituições Misereor e Adveniat, entidades engajadas na causa social do catolicismo. Esse aspecto fortalece a tese de Wiltgen²⁴ de que as entidades de ajuda ao desenvolvimento alemãs serviram de argumento de peso para fortalecer a ala progressista do catolicismo advinda dos países que margeavam o Rio Reno, denominada de Aliança Europeia.

Reflexo disso é que a Misereor passou a ser visada como uma instituição capaz de financiar projetos de desenvolvimento em regiões de vulnerabilidade social e econômica. Ela se tornou rapidamente um instrumental da causa social da Igreja. Diante das realidades locais, bispos, lideranças religiosas e civis, organizações não governamentais viram nos recursos da Misereor uma oportunidade de pôr em prática projetos de desenvolvimento. No nosso caso, os Institutos de Educação Rural foram contemplados com projetos que visaram fomentar a formação do trabalhador do campo em consonância com os ideais propostos pelo catolicismo rio-grandense.

Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul

²⁴ WILTGEN, Ralph. *O Reno se lança no Tibre: o Concílio desconhecido*. Tradução de Jaior Britto de Souza. Niterói: Permanência, 2007.

A realidade do campo e da agricultura apresentava diversos nuances no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX. Subsistiam latifúndios monocultores, bem como propriedades de pequeno e médio porte principalmente em regiões coloniais. Somado a isso, cristalizavam-se situações de instabilidades agravadas pela luta pela posse da terra e também desestruturação produtiva decorrente pela onda de modernização das décadas de 1960 e 1970.

Conforme dados de Bassani²⁵, em 1960 83,2% das propriedades do estado eram minifúndios e ocupavam apenas 24,8% da área. Em contrapartida apenas 16,3% das propriedades eram latifúndios e ocupavam 67% da área. Ou seja, havia uma realidade de concentração fundiária considerável. No entanto, registra-se no período de 1940 a 1970 um fracionamento das propriedades de até 50 hectares. O número de propriedades com as dimensões citadas, que, em 1940, era 177.911, passa para 448.142, em 1970. Houve, portanto, um aumento de 270.231 estabelecimentos agrícolas com até 50 hectares. Porém, a área ocupada por esses estabelecimentos agrícolas que perfazia, em 1940, uma soma de 3.552.614 hectares, representando 17,4% da área total, passou a ser de 6.503.575 hectares, 26,3% do total ocupado.

Essa dinâmica do campo, principalmente a realidade das propriedades de pequeno e médio porte onde se formatavam relações de trabalho essencialmente de caráter familiar, passou a ser motivo de preocupação mais recorrente do catolicismo. Até então, os movimentos sociais católicos estavam direcionados quase que exclusivamente para os trabalhadores urbanos, mas a partir da década de 1960 essa realidade se reconfigurou. No período, o campo se torna tema de preocupação diante de um cenário político que se configura no Brasil e também no Rio Grande do Sul. A tutela do catolicismo no espaço rural não era nenhuma novidade, e já ocorria desde o século XIX, principalmente em áreas de colonização ítalo-germânica. No entanto, a partir da década de 1960 esse tutelamento se reconfigurou, principalmente diante da ampliação da influência de movimentos sociais de tendência de esquerda comunista no campo.

Nesse contexto, uma das ferramentas instituídas pela Igreja Católica no Rio Grande do Sul foi a fundação na década de 1960 da Frente Agrária Gaúcha (FAG), visando instaurar um mecanismo de inserção do catolicismo nas comunidades rurais, diante de um

²⁵ BASSANI, Paulo. *Frente agrária gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: Eduel, 2009.

tutelamento das causas sociais e políticas e também a instauração de mecanismos de educação e formação rural diante do cenário de modernização da agricultura. Conforme Bassani, “[...] isso porque era exatamente nas camadas camponesas que a Igreja se encontrava mais enraizada e era nesse mesmo meio camponês que ela buscava a maioria de seus seguidores leigos e fiéis.”²⁶

A Frente Agrária Gaúcha atuou em diversas frentes, desde a criação de sindicatos, entidades de base, associações e na formatação dos Institutos de Educação Rural, fundados em diversas regiões do estado entre os anos de 1968 e 1976. Conforme Bassani, organizado pelas lideranças católicas envolvidas com a FAG, o projeto de educação rural procurou reforçar o conteúdo doutrinário do catolicismo na busca da consolidação de uma estratégia política de mobilização e organização do trabalhador rural sob sua orientação. “A importância da Educação Rural, no ponto de vista da FAG, residia na capacidade de fornecer uma formação adequada ao trabalhador rural, no sentido de conscientizá-lo e habilitá-lo a atuar concretamente na transformação de suas condições sociais”²⁷. Bassani destaca também que através desses centros de formação a FAG reforça elementos conservadores da ordem, elaborados a partir de sua concepção de mundo, combate o conteúdo classista do campesinato e despolitiza a classe e a problemática agrária.

Na Revista *Unitas*, publicada pela Arquidiocese de Porto Alegre desde 1913 e instrumento de divulgação da postura do alto clero rio-grandense, podem ser encontradas fontes que elucidam os objetivos da FAG. No fascículo 1 do ano de 1962 é apresentada ampla reportagem sobre os objetivos da entidade vinculando sua gênese como uma iniciativa do catolicismo gaúcho. É perceptível a ideia de que a FAG pretendia arregimentar os agricultores sem uma propaganda ruidosa e sem agitações estéreis, fazendo clara referência aos movimentos sociais e sindicatos de esquerda que fervilhavam no campo, como o Master, por exemplo. O objetivo da FAG era de “organizar” o homem do campo e instrumentalizar medidas de auxílio à promoção de sua família, demonstrando uma opção pelo pequeno e médio produtor rural considerado esquecido pelas políticas públicas brasileiras.

Nas suas atividades e reivindicações seguirá a FAG as diretrizes da doutrina social cristã. Não é uma organização confessional ou religiosa, mas procura organizar agricultores sem distinção de cor, raça e religião [...] Exigimos que os membros da Frente aceitem o programa baseado nos eternos preceitos da justiça social e da liberdade cristã para a elevação do homem rural. [...] Nosso programa cuida do homem integral, na plenitude das suas exigências materiais e espirituais.²⁸

²⁶ *Ibid.*, p. 92.

²⁷ *Ibid.*, p. 95.

²⁸ OBJETIVOS DA FAG. *Revista Unitas*, Porto Alegre, ano 51, fascículo 1, 1962, p. 69.

A FAG pretendia, assim, inserir-se no contexto do homem do campo, adentrando nas mais variadas temáticas relativas à sua condição, desde instrumentais e de trabalho, de família, de sindicalismo e associativismo. A postura em assumir a doutrina social cristã evidencia um ideal de sujeito, baseado num conceito de liberdade cristã, postura decorrente do Concílio Vaticano II, onde a liberdade religiosa se tornou uma das bases do catolicismo. Esse conceito de liberdade religiosa pode ter uma compreensão relativa, visto que, ao finalizar o informativo, o texto faz referência ao momento em que a FAG se tornaria vitoriosa no campo, tornando-se uma “força invencível e avassaladora”, pondo-se ao serviço de um aproveitamento racional e eficiente do solo e na promoção do bem estar da família, “[...] em ambiente propício às superiores aspirações e impulsos de sua alma temente a Deus.”²⁹

No documento conciliar *Dignitatis Humanae* de 1965, que trata sobre a liberdade religiosa, a Igreja assume a postura oficial de que a liberdade religiosa é um princípio da condição humana, devendo ser referência para a situação civil e jurídica dos sujeitos, refletindo, no entanto, uma obrigação moral do ser humano com a “verdadeira” religião de Cristo, sendo que todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; tanto que em matéria religiosa ninguém seria forçado a agir contra a própria consciência. O limite da liberdade religiosa estaria condicionado à responsabilidade pessoal e social.

Essa postura fortalece a tese de Souza de um ideal de bem estar social em consonância com uma ética do capitalismo como uma postura adotada pela Igreja ao longo do século XX. No entanto, essa postura esteve atrelada a uma compreensão de mundo, uma opção reforçada pelos princípios cristãos de dignidade humana, de solidariedade e uma ideia de integridade de sua condição, condenando situações subversivas decorrentes de um liberalismo econômico, de governos autoritários e de regimes políticos ameaçadores, como o comunismo por exemplo.

Nesse contexto surgem os Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul, vinculados a FAG com uma proposta do catolicismo de formação dos trabalhadores rurais. Esses centros de formação se proliferaram pelo estado e muitos deles foram contemplados com projetos de cooperação da Misereor.

²⁹ Ibid.

Instituto de Educação Rural Alto Uruguai

Uma dessas iniciativas se consolidou no município de Frederico Westphalen, com a criação no ano de 1974 do Instituto de Educação Rural Alto Uruguai, sediado junto ao Colégio Vocacional e Seminário católico daquela cidade. Com o objetivo de estruturar o centro de formação e de dar suporte para o início das atividades, foi encaminhado junto à Misereor um projeto de apoio financeiro visando a aquisição de um veículo, implementos agrícolas, animais como vacas leiteiras, touro reprodutor holandês, porcas criadeiras e livros para biblioteca.

O Instituto de Educação Rural Alto Uruguai foi fundado sob coordenação das lideranças religiosas locais em parceria com a FAG, visando oferecer formação à juventude rural da região. No projeto encaminhado à Misereor consta carta de recomendação do bispo local, Dom Bruno Maldaner, onde se pode constatar que o principal objetivo do Instituto era de formar lideranças locais e animadores comunitários sob os princípios cristãos de elevação e humanização do homem do campo. Segundo Dom Bruno Maldaner, o Instituto foi fundado principalmente diante das condições de vida e de trabalho de grande parte dos pequenos produtores rurais da região, principalmente no que concerne,

[...] à situação de abandono e inferioridade em que se encontravam o trabalhador rural no desempenho das suas funções profissionais; a carência, no meio rural de centros de capacitação do próprio agricultor para a solução técnica dos problemas afetos à agricultura; a falta de lideranças 'autênticas' e suficientemente preparadas para assumirem corajosamente a solução dos problemas classistas que afligem, oprimem e paralisam as melhores iniciativas de suas associações sindicais e cooperativistas; Os grandes benefícios que poderão advir para os jovens agricultores, da existência, nesta região, de um Centro de formação de líderes e animadores das comunidades rurais.³⁰

No ofício de Dom Bruno Maldaner também consta os desafios e as aparentes conquistas dos primeiros meses de funcionamento do Instituto, pois teria acendido novas esperanças no coração dos jovens agricultores, novas possibilidades e novas perspectivas, através da aprendizagem de modernas técnicas agrícolas e a aquisição de conhecimento

³⁰ PROJETO 233-144/044. Ofício de Dom Bruno Maldaner à Misereor, 15 de maio de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de janeiro de 2016.

teórico e prático, uma compreensão “[...] sempre maior e mais profunda do cultivo da terra e na implantação, nesta região, de uma agricultura mais eficiente e mais racional.”³¹

É possível perceber que a intencionalidade do projeto de educação rural da FAG e da Igreja Católica visava dar conta de uma demanda existente no campo, que se tornava no período um espaço complexo de lutas simbólicas, políticas e ideológicas, principalmente diante da expansão dos movimentos sociais de esquerda sob influência comunista, aspecto considerado subversivo pela Igreja no Rio Grande do Sul. Além disso, havia a questão das condições de vida e de trabalho diante da fragmentação das relações produtivas no cenário de modernização. No entanto, o discurso adotado parece-se contraditório, ou seja, a própria Igreja fala em uma agricultura mais eficiente e racional, o que numa perspectiva genérica parece se alinhar ao discurso de modernização agrícola. Contudo, em um olhar mais detalhado, pode-se perceber que a Igreja assume a postura de um protagonismo no meio rural, que buscou ressignificar práticas, obviamente, que se alinhavam às necessidades produtivas temporais, mas que não perdessem a concepção de uma abertura a uma modernidade endógena. Mas qual modernidade a Igreja defendia? Entende-se que seja uma modernidade tutelada, cadenciada e vigiada, uma abertura lenta, gradual, ordenada e pacífica.

No projeto de cooperação encaminhado à Misereor foi enviado documento norteador do Instituto de Educação Rural vinculado à FAG, que apresentava como objetivo principal a formação de lideranças comunitárias e, para tal, a proposta de formação buscava contemplar aspectos para um bom exercício da atividade agricultor – aqui o termo bom é relativo e sugere uma compreensão genuína desse conceito –, uma perspectiva de que essas lideranças possam influenciar famílias de sua comunidade o que contempla o aspecto da multiplicação de práticas, instrução sobre resolução de conflitos e problemas inerentes à vida no campo, uma formação visando uma atuação eficiente em associações de classe como sindicatos, cooperativas e associações recreativas, sendo este um elemento simbólico e político relevante entendendo que a FAG buscou inserir-se no contexto dos movimentos sindicais e coletivos, bem como buscando aliar-se à filosofia da causa social da Igreja.

Consta no dossiê do projeto a grade curricular do curso de formação agrícola do Instituto, que contemplava áreas de formação geral e técnicas, cooperativismo e sindicalismo, possuindo o componente um “[...] programa de formação humana e cristã, que tem como

³¹ PROJETO 233-144/044. Ofício de Dom Bruno Maldaner à Misereor, 15 de maio de 1974. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de janeiro de 2016.

Outros Tempos, vol. 14, n. 23, 2017 p. 80 - 104. ISSN:1808-8031

princípio norteador a condição Vida-Homem-Deus como ponto de partida para nossas atitudes e comprometimentos com a história pessoal, humana e social a serviço do Reino.³²

Percebe-se que a proposta de formação do Instituto era baseada em conceitos cristãos de formação humana e os conceitos inerentes a essa perspectiva, tais como cooperativismo, sindicalismo e o mundo do trabalho vinculam-se a essa concepção de mundo da Igreja. Dessa forma, é possível concluir que o projeto da FAG, com a implantação dos Institutos de Educação Rural, buscava dar conta de uma demanda social e política que se constituía no meio rural da época, como um instrumento da Igreja de tutelamento da causa social.

O projeto aprovado pela Misereor em dezembro de 1974 destinou a quantia de 40.000 marcos para a efetivação do plano de trabalho. No dossiê consultado no arquivo em Aachen encontram-se fotos e imagens das atividades realizadas junto aos jovens, mas não sendo permitida a sua publicação. O Instituto de Educação Rural Alto Uruguai de Frederico Westphalen não está atualmente desativado.

Outras duas experiências

Constata-se que outros Institutos de Educação Rural vinculados à Frente Agrária Gaúcha encaminharam projetos de cooperação junto à Misereor. A partir do momento que a instituição alemã passou a ser conhecida como uma alternativa de financiamento de projetos, diversas entidades buscaram apoio junto a ela. No arquivo da Misereor foram constatados mais dois projetos de apoio a Institutos de Educação Rural: a Fundação Alto-Taquari de Educação Rural e Cooperativismo e o Instituto de Educação Rural de Bom Princípio.

Pode-se concluir que uma personalidade que exerceu muita influência junto aos Institutos de Educação Rural foi o Arcebispo Dom Vicente Scherer, incentivador dessa política educacional por parte da Igreja Católica e uma personalidade de grande influência no catolicismo do período. No estudo de Kasper³³, o posicionamento de Dom Vicente Scherer sobre a Doutrina Social da Igreja no campo da justiça social indica o conhecimento e o respeito que obriga os cidadãos a cumprir os próprios deveres e acatar os direitos alheios e,

³² PROJETO 233-144/044. Projeto da FAG – Instituto de Educação Rural Alto Uruguai. Arquivo da Misereor, acesso em 11 de janeiro de 2016.

³³ KASPER, Rafael. *Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)*. 117 p. Dissertação (Mestrado em História)- Unisinos, São Leopoldo, 2012.

para tanto, deveria haver uma ordem social centrada em três elementos principais: a dignidade humana, a solidariedade e a subsidiariedade.

A Fundação Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo – Faterco – era uma entidade destinada a promover projetos de cooperativismo e formação de agricultores residentes nos municípios de Anta Gorda, Arvorezinha, Ilópolis, Putinga, Nova Prescía, Muçum, Encantado, Roca Sales, Bom Retiro do Sul, Taquari, Cruzeiro do Sul, Lajeado, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Soledade, Arroio do Meio, na região do Alto Vale do Taquari.

No ano de 1975, a direção da entidade encaminhou projeto para a Misereor visando adquirir equipamentos para estruturar seu centro de formação com a aquisição de um veículo Kombi, equipamentos agrícolas e mobiliários. O projeto foi coordenado pelo Irmão Marista Antônio Parise, e estava orçado no valor de 25.000 marcos.³⁴

Junto ao projeto estava anexado estatuto da Faterco onde estão estabelecidos os objetivos da entidade, que, como se pode perceber, alinha-se ao projeto da Frente Agrária Gaúcha no sentido de inserir na promoção do homem do campo, englobando aspectos como a formação integral do jovem agricultor, sob o ponto de vista moral, social, técnico profissional, técnico-profissional, associativo e cooperativista, sindical e comunitário; criação de escolas adaptadas ao próprio ambiente com as programações de desenvolvimento técnico-agrícola, associativista e de formação moral e cívica; desenvolvimento de cursos de formação feminina; colaboração com as entidades públicas e particulares para o desenvolvimento de programas promocionais no meio rural.

No ano de 1975, estavam matriculados 175 alunos na escola, que era mantida com recursos da FAG, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e das Prefeituras dos municípios de abrangência. Na década de 1970, estava em voga a discussão no meio rural as questões do cooperativismo e associativismo, visando englobar os agricultores num modelo de desenvolvimento agrícola alinhado aos interesses do Estado e de instituições como a Igreja Católica. Aspectos como a formação integral, a concepção de coletividade através do cooperativismo, do associativismo e do sindicalismo formou um cenário de formatação de um modelo de homem do campo alinhado às tendências modernas de produção. Essa realidade se refletiu em diversas regiões do Brasil e teve mais influência em regiões de predominância da agricultura de pequeno e médio porte.

³⁴ PROJETO 233-138/030. Projeto de Cooperação da Faterco. Datado de 25 de Junho de 1975. Arquivo da Misereor, acesso em 12 de janeiro de 2016.

Outros Tempos, vol. 14, n. 23, 2017 p. 80 - 104. ISSN:1808-8031

Outra iniciativa que recebeu apoio financeiro da Misereor foi o Instituto de Educação Rural de Bom Princípio, que abrangia alunos e famílias dos municípios de Tapera, Nova Prata e Encantado. O Instituto também era vinculado à FAG, e no projeto encaminhado junto à Misereor há uma sinalização de que muitos jovens abandonavam a atividade agrícola da família, e, para tanto, o Instituto oferecia cursos de pedreiro, carpinteiro, encanador e eletricitista. Da mesma forma, para as jovens era oferecido o curso de culinária, o que sinaliza ainda uma dinâmica de estrutura familiar conservadora onde aos homens são oferecidas variadas opções profissionais e às mulheres são oferecidos cursos destinados à atividade de cozinha.

O projeto foi encaminhado no ano de 1970 e tinha previsão de execução de 2 anos, orçado no valor de 23.500 marcos. O objetivo era adquirir máquinas de costura, forno de cozinha, máquina de carpintaria, ferramentas, vacas leiteiras, plantadeiras manuais visando oferecer uma estrutura de formação para jovens descendentes de agricultores. Acompanha o projeto de Bom Princípio ofício de Dom Vicente Scherer o que demonstra seu apreço e sua influência sobre os Institutos de Educação Rural no Rio Grande do Sul. Dom Vicente esclarece que “o Instituto de Educação Rural desdobrou uma atividade extremamente valiosa no campo da perfeição do conhecimento e da prática da juventude rural em suas profissões e as tendências observadas na agricultura”³⁵

A postura de Dom Vicente Scherer reflete a preocupação despendida para com o homem do campo e a necessidade de que as políticas de desenvolvimento do país contemplem sua condição. Em informativo da Revisa Unitas, o Cardeal enfatiza que grande parte dos alimentos produzidos no Brasil advinha de agricultores familiares, afirmando haver um descompasso entre o desenvolvimento industrial e o agrícola, entre a população das zonas rurais e a dos centros urbanos. “Os agricultores sempre mais estão tomando consciência de sua situação de inferioridade relativamente às condições de vida nas cidades.”³⁶

Considerações Finais

³⁵ PROJETO 233-032/131. Ofício de Dom Vicente Scherer à Misereor, 22 de março de 1970. Arquivo da Misereor, acesso em 12 de janeiro de 2016.

³⁶ SCHERER, Dom Vicente. A voz do pastor: desenvolvimento agrícola. *Revista Unitas*, ano 59, fascículo 9, out. 1970, p. 407.

A questão da educação no campo era concebida pela Misereor como elemento convergente de uma intencionalidade consentida pela Misereor de forma mais incisiva a partir do Concílio Vaticano II. O processo de abertura à modernidade levou a Igreja Católica a voltar sua causa social com mais atenção para o meio rural, anteriormente mais direcionada aos habitantes das cidades. Essa lógica se concretizou diante da inserção das áreas agrícolas no projeto de econômico brasileiro vinculado à modernização, integração territorial e alinhamento à geopolítica internacional das décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, o campo se tornou um cenário de intencionalidades de variadas facetas, desde o campo ideológico até a formação técnica para o trabalho.

Diante dessa realidade o espaço rural do Rio Grande do Sul foi motivo de preocupação de lideranças religiosas e leigas no sentido de oferecer uma estrutura de formação e instrução técnica em torno da dinâmica produtiva que se cristalizava na região. Nesse movimento o catolicismo pretendeu assumir a postura de vanguarda, vendo nas pequenas e médias propriedades rurais, essencialmente de caráter familiar, um campo profícuo para pôr em prática um plano de tutelamento formativo, abarcando questões de produção e tecnologia agrícola até elementos de educação familiar. Essa postura se justifica pois no período se tornaram mais presentes no espaço rural movimentos de luta simbólica, tanto ideológicas como morais, elementos que interessavam ao catolicismo. Assim, a Igreja se insere nessa dinâmica visando marcar território e conter elementos considerados subversivos.

Esses projetos de educação rural financiados pela Misereor surgiram de iniciativas locais, tendo em sua maioria o engajamento de representantes do catolicismo. No Rio Grande do Sul esse projeto de formação e instrução para a modernidade que se cristalizava teve muitas manifestações, mas teve como elemento convergente o projeto de educação da Igreja Católica. Dessa forma, a Igreja colaborou de forma peculiar na formatação de escolas, centros de formação, associações, sindicatos, ambas com um papel multiplicador de um ideal de sociedade que se buscou constituir.

Os Institutos de Educação Rural vinculados à Frente Agrária Gaúcha representaram uma proposta de inserção social do catolicismo, um projeto de tutelamento da Igreja diante do projeto modernizador que transcorria no espaço rural. Nessa lógica, os recursos da Misereor foram decisivos na implantação desse projeto, vinculando uma realidade regional a uma dinâmica geopolítica mais abrangente.